

# Comitê vê alternativas

O Comitê Pró-Diretas e pela representação política de Brasília discute hoje à noite, no auditório do Sindicato dos Professores, a posição a ser tomada diante da decisão do relator da Comissão Mista que examina a Emenda Figueiredo, senador Aderbal Jurema, de não incluir no seu parecer qualquer subemenda que proponha eleições no Distrito Federal.

A pauta da reunião é a retomada da mobilização na luta pelas eleições diretas, já melhor garantia, segundo os representantes do PMDB e do PT no Comitê Pró-Diretas, Fernando Tolentino e Arlete Sampaio, de se conquistar a Representação Política para o DF.

Para Arlete, a decisão de Aderbal Jurema não chega a ser uma surpresa. Representa, segundo ela, a perspectiva do governo de manter sob seu controle direto a capital da República. O presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, entende o veto como consumação de uma má vontade do PDS, "apenas interessado na viabilização do Colégio Eleitoral".

## Falta pertinência

Já o senador Mário Maia (PMDB-AC), autor de uma emenda que estabelece a Representação Política e que está prestes a ser votada, faltando apenas acertar a data, não concorda com a interpretação de Jurema, para quem as subemendas propondo eleições no DF não têm pertinência.

A nível parlamentar, de acordo com Fernando Tolentino, há algumas alternativas para se ver aprovada a representação política durante a votação da Emenda Figueiredo. Uma delas seria lutar pela aprovação do substitutivo do Grupo Pró-Diretas que, além de eleições presidenciais diretas em 1984, propõe representação no Senado e na Câmara para Brasília. Ou ainda a do PDT, que prevê eleições apenas para deputados federais do DF.

Outra alternativa é derrubar, na própria Comissão Mista que examina a emenda Figueiredo, o substitutivo que será elaborado pelo senador Aderbal Jurema, "já que não trará alterações políticas substanciais, a proposta inicialmente apresentada por Figueiredo" — ressalta Tolentino.

## Emenda Figueiredo

Marcando-se para a mesma data, explica o senador Mário Maia, as emendas da representação política se beneficiariam do quorum da votação da Emenda Figueiredo. Este expediente já foi adotado pelo senador João Calmon. Durante a votação do Decreto-lei 2.045, ele conseguiu aprovar emenda que tramitava há dez anos, propondo dotação de 12% do orçamento da União para a Educação, decisão que, segundo Mário Maia, vem sendo boicotada por Delfim Netto.

O adiamento da votação da Emenda Figueiredo para agosto, já sugerido pelo PT, também é defendido pelo secretário-geral do PMDB-DF, Fernando Tolentino. Ele informou que há uma possibilidade do PMDB, a nível nacional, rever sua posição favorável à votação da emenda em junho. Os parlamentares Miguel Arraes, Chico Pinto, Alencar Furtado e Haroldo Lima encabeçam um documento assinado por 102 deputados e seis senadores do PMDB, propondo a volta da grande mobilização pelas diretas, com calendário de comícios e candidato único das oposições.

A retomada dos comícios nas cidades-satélites e a realização de grande panfletagem pelas diretas, já e pela representação política também estão nos planos do PT-DF, que trabalhará juntamente com o comitê Pró-Diretas no sentido de impulsionar a mobilização em Brasília, segundo Arlete Sampaio.